

A NORMA PADRÃO E A VARIEDADE LINGÜÍSTICA NO ENSINO SUPERIOR

NORM AND THE LINGUISTIC VARIETY IN HIGHER EDUCATION

Silvana Rodrigues da Fonseca*
Tânia Bueno do Prado**

FONSECA, S. R.; PRADO, T. B. A norma padrão e a variedade lingüística no ensino superior. **Akrópolis**, Umuarama, v. 15, n. 1 e 2, p. 25-28, jan./jun. 2007.

RESUMO: Este artigo é o resultado de uma pesquisa bibliográfica, a qual aborda as dicotomias do ensino da Língua Portuguesa – oral e escrita – no curso de graduação. O estudo dessa disciplina é muito amplo, portanto, limitamo-nos a pesquisar como a norma padrão e a variedade lingüística têm avançado através dos tempos e como estão sendo encaminhadas no curso superior e de que forma são utilizadas pelos acadêmicos. Os alunos do curso de Letras, que serão posteriormente os professores responsáveis pelo ensino da língua, nem sempre estão preparados para tal função. Dessa forma, torna-se essencial o trabalho dos professores das universidades no que tange à formação desses futuros profissionais. Tem-se que considerar que a variedade lingüística pode tanto enriquecer quanto vulgarizar um texto, dependendo do contexto e da aceitabilidade social dos termos empregados, cabendo ao falante ou redator usá-la de tal modo que não cause estranheza ou até mesmo a rejeição. Mesmo porque há situações que exigem um linguajar mais polido, como eventos, congressos, aulas, entre outras, e a preparação dos estudantes – principalmente licenciandos em Letras – é essencial para se obter êxito durante e pós-graduação.

PALAVRAS-CHAVE: Língua Portuguesa. Norma padrão. Variedade lingüística. Graduação.

ABSTRACT: This article is the result of a bibliographical research approaching the dichotomies of verbal and writing Portuguese Language teaching in graduation. The study of this subject is very broad; thus, we focused on researching how norm and linguistic variety have changed throughout time; how they are approached in higher education, and how they are used by students. Students from Letters – future teachers in charge of language teaching – are not always prepared for such duty. Thus, what Professors do becomes essential for the formation of these future professionals. It is necessary to consider that linguistic variety can either improve or vulgarize a text depending on the context and the social acceptability of the terms used. It is up to the speaker or writer to use it in such way that it does not cause strangeness or even rejection. Although there are situations which demand a more polite way of speaking such as events, congresses, classes, etc, and the student preparation - mainly those graduating in Letters - is essential to achieve success both during and after-graduation.

KEYWORDS: Portuguese language. Norm. Linguistic variety. Graduation.

*Acadêmica do curso de Letras da UNIPAR - Cascavel.

**Mestre em Comunicação e Semiótica pela PUS/SP – Coordenadora do curso de Letras da UNIPAR – Cascavel.

INTRODUÇÃO

Estudar uma língua que faz parte do cotidiano desde o nascimento parece uma tarefa simples. Afinal, se conseguimos estabelecer a comunicação, fazemos-nos entender e conseguimos registrar essa língua é porque temos conhecimento sobre ela. Sem dúvida, o nativo é conhecedor da língua, porém há momentos em que não basta saber o básico. Em rodas de amigos, reuniões familiares, conversas *on-line*, é totalmente aceitável um linguajar informal e até mesmo algumas gírias ou termos especificamente regionalistas. No entanto, quando se trata de preparar estudantes para o mercado de trabalho, em reuniões empresariais, conferências e tantos outros compromissos formais, faz-se necessário analisar quais os temas adequados àquele momento e em especial a forma como discorrer sobre ele.

Diferentemente do que a maioria acredita, há alunos que chegam ao curso de graduação e são incapazes de identificar o porquê do uso de uma preposição ou identificar erros de concordância verbal, por exemplo. Para Faraco e Tezza (1992), há uma especial dificuldade para se dominar, por exemplo, a regência na oração: “Eu procurei o relatório de que trata o dossiê” porque a linguagem oral já a suprimiu. Para eles, a maior parte dos erros de concordância padrão dos estudantes ocorre em frase como: “Foram respondidas 437 questionários com perguntas básicas de conhecimento geral”, tendo em vista que na oralidade tende-se a suprimir a concordância.

Além da regência e da concordância, é também de suma importância para a normatização observar a semântica, acentuação, fonética, ortografia, níveis de linguagem, entre outros, para que não ocorra um texto graficamente correto e sem sentido ou vice-versa.

As abordagens lingüísticas, nas últimas décadas, tiveram grande avanço, o que possibilitou a compreensão de alguns pontos não justificados pela gramática. “Em nível superior, abre-se o leque das disciplinas ligadas ao ensino da língua: Filosofia, Língua Portuguesa, e mais Lingüística, Sociolingüística e Teoria da Comunicação” (PINTO, 1988).

Com a inserção destas e de outras disciplinas voltadas para uma formação literária menos densa e tradicional, passou-se à busca de novas tendências, especialmente relacionadas ao aspecto humano, elencando novo estilo para o registro da língua que não o clássico nem o vulgar, e a variedade lingüística ganhou espaço. Mario de Andrade, escritor Moderno (in Pinto, 1988) defende este novo formato da

linguagem: “Não estou fazendo regionalismo. Trata-se de uma estilização culta da linguagem popular da roça, como da cidade, do passado e do presente”, sinalizando que na literatura há lugar para diversos estilos.

Essa estilização, para Dino Preti (1982), tem três níveis, sendo: Culto, Comum e Popular.

O primeiro, também chamado Registro Formal, é usado em situações formais, desfruta de prestígio, é complexo e a clientela é altamente escolarizada. É correspondente à variante padrão, raramente utilizado na forma oral. Tem a sintaxe complexa e normas gramaticais respeitadas e seu nível de linguagem é muito utilizado por literatos.

O segundo, Comum, ao contrário, é utilizado por pessoas sem, ou com pouca, formação escolar, que tem vocabulário simples e não se preocupa com padrões gramaticais, podendo chegar ao nível vulgar, pois é marcado por palavrões e gírias. Não se limita à condição social.

O terceiro, dito Popular, é intermediário. Nem tão sofisticado como o Culto e nem tão vulgarizado como o Comum. É utilizado pela grande maioria das pessoas que têm escolaridade e acesso os meios de informação, utilizando-se da linguagem padrão. Seu nível de linguagem é, normalmente, familiar e possui sintaxe simples, com frases curtas e orações coordenadas. É muito utilizado nas formas jornalísticas.

Apesar das inovações, é necessário deixar claro que a língua padrão não “caiu de moda”, ao contrário, o que deve existir, especialmente no ensino superior, é a definição, independentemente da nomenclatura utilizada, o que de novo e moderno pode ser incorporado à norma padrão.

A escrita não permite todos os arranjos da fala. A estrutura usada pelo redator deve seguir a formalidade, mesmo havendo algumas barreiras.

Câmara Junior (1977), define: “Norma: conjunto de hábitos lingüísticos vigentes no lugar ou na classe social mais prestigiosa do País”. Esta classe “prestigiosa” não é nada mais do que a situação sócio-cultural e financeira, delimitando o acesso à linguagem, na qual fica explícita a elitização da mesma. Esse pode ser um fator determinante se não houver um posicionamento seguro do professor, ainda na formação básica, contrária a essa idéia seletista. Para Possenti (1986) o problema do ensino padrão torna-se mais complexo ao ser ensinado a quem não o utiliza usualmente e tal fato ocorre especialmente nas classes populares.

Os universitários, muitos egressos das classes populares, das quais cita Possenti, deparam-se com uma realidade, para muitos, nova. Doravante,

eles, especialmente dos cursos de licenciatura, terão contato com a forma padrão da língua e precisarão fazer uma ponte entre o conhecimento pragmático e as teorias fundamentadas de literatos, gramáticos e lingüistas. Isso lhes exigirá um preparo cognitivo para incorporar, mesmo que seu meio social não absorva as mudanças na estruturação da língua falada e escrita. A língua é mutante e é normal que termos, outrora comuns, atualmente não tenham sequer resquícios, como algumas palavras oriundas do português de Portugal que vieram ao Brasil quando da colonização: encobrir suas vergonhas (cobrir as partes íntimas), vossa mercê (você, senhor)...isso para entendermos um pouco o quanto evoluiu a Língua Portuguesa utilizada no Brasil.

A herança da língua Portuguesa de Portugal permaneceu por longo período, até mesmo porque a alfabetização pregada pelos jesuítas era nascente daquele país, contudo diferentes formas foram sendo adquiridas com a imigração de outras etnias (franceses, espanhóis, africanos, entre outros). Da colonização aos dias atuais, muitas diferenças foram desenvolvidas sutilmente, mas, fazendo uma retomada histórica, percebemos algumas relevantes rupturas.

O vocabulário da língua literária do Brasil começou por ampliar o legado português, pela anexação dos designativos das coisas e da gente brasileira, sua experiência de vida e sua vida emocional. Em contrapartida, sofreu a supressão de um contingente de palavras especificamente ligadas à cultura portuguesa (PINTO, 1988, p.18).

As mudanças ocorridas através do tempo também servem para mostrar que a norma padrão (tradicional) não perdeu espaço, apenas permitiu a inserção de termos que foram convencionados ao longo dos tempos, mesmo porque a evolução é uma constante em todos os âmbitos. De acordo com Possenti (1996), não devemos pensar que aqueles que fazem uso das formas mais antigas estão errados, pois é necessário aceitar a utilização formas lingüísticas mais informais durante a escrita, desde que sejam termos coerentes.

Um exemplo de variante regional que muitos não conhecem e, portanto, nem entendem, é o que podemos encontrar nas “historinhas” do Dicionário de Baianês de Nivaldo Lariú: “Cacha-prego, pescador tampa-de-binga, merendado, lavar roupa de ganho, bacurins...” Em contrapartida há termos que são usuais apenas no extremo sul brasileiro: “chê, guaiaca, prenda, pilcha...”

Nesse sentido, é nas obras de literatura, nas

quais compete aos autores mais ousados arriscarem a redefinição estilística, que o coloquial, o regionalismo, os dialetos e os neologismos – geralmente todos de cunho popular – tomam algum espaço e, mesmo assim, com certas limitações, ficando, na maioria das vezes, no âmbito da oralidade:

A norma literária brasileira firmou-se mediante adição de certos traços típicos da oralidade, não, necessariamente, só os da “norma culta”, nem, opostamente, só os da “norma vulgar”[...]a grande maioria dos autores realiza um sincretismo, operando com aspectos lingüísticos gerais da norma brasileira. (PINTO, 1988. p.32)

Nas universidades, ou faculdades, é o Plano de Ensino que deve elencar os objetivos de cada disciplina no conteúdo programático. Esses planos obedecem a critérios pré-estipulados, seguindo as normas da instituição e dos órgãos responsáveis pela educação em nível superior – que sofrem diversas interferências – e devem primar pela formação ampla, capacitando o indivíduo para atuar com competência, independentemente do meio no qual pretenda atuar.

O empenho do professor e o comprometimento do acadêmico são de suma importância para se atingir esses objetivos, pois é preciso mais do que conhecimento. Faz-se necessário, além do domínio do conteúdo, um constante aprimoramento por meio de técnicas que consigam “seduzir” o acadêmico que, posteriormente à sua graduação, será multiplicador desse conhecimento. A capacitação contínua é um dos recursos mais eficazes e eficientes para que o professor esteja apto ao desempenho da sua função e a leitura é o melhor caminho para o estudante ampliar sua visão de mundo. Maria Helena Neves (in Massini-Cagliari, 2001) ainda não vê isso como realidade, tendo em vista que “para qualquer conteúdo selecionado ou forma de exercitação, os professores se sintam plenamente justificados e considerem que seu estudo esteja modernizado se, simplesmente, partirem de exemplos concretos e, especialmente, se partirem de textos”.

Essa é uma realidade, quando o professor se utiliza de um texto sem estipular critérios como relevância social, vocabulário empregado, objetivo do texto, contexto e principalmente objetivo do professor quanto ao interesse que tal tema virá despertar no estudante e o que de útil ele agregará com tal estudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitos fatores influem na maneira como uma

pessoa fala (escreve) sua própria língua. Em relação à Língua Portuguesa, as variações geográficas são marcantes, já que é a oitava língua mais falada no mundo.

Deve-se atentar para o fato de que a língua está em constante mudança – ela varia de acordo com as necessidades sociais de uma determinada época – e os falantes e escritores se adaptam às transformações. O português, por exemplo, é proveniente do “latim vulgar”, língua que, na época, não era considerada “um primor”.[...]. Entendendo a concepção de língua como fruto de um processo de construção histórico-sócio-cultural, considera-se que ela está em constante transformação; não se cristalizando, evolui, porque o ser humano é assim, “como as necessidades mudam, as línguas tenderão a mudar, para satisfazer-se às novas condições”. (MURRIE, 1980, p. 47.)

Deve-se ressaltar a importância da formação acadêmica para a utilização da norma padrão, que, ao contrário do que muitos julgam, não é aquela rebuscada e ininteligível. Trata-se de critérios gramaticais e lingüísticos, pouco flexíveis, definidos por meio de estudos embasados: sincrônico, diacrônico, sócio-lingüístico, fonêmico, entre outros, para regulamentar o uso de determinada língua frente a todos os usuários.

Em sala de aula, inclusive no ensino superior, deve-se demonstrar que a busca pelo gramaticalmente correto, o cuidado no trato da língua materna e o empenho por adquirir um linguajar aprimorado deve ser foco do professor e do acadêmico. Dessa forma, elevar-se-á a qualidade da aprendizagem e do ensino, numa perspectiva de crescimento e refinamento no manejo da Língua Portuguesa.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. M. de; MEDEIROS, J. B. **Curso de língua portuguesa**: para área de humanas: enfoque no uso da linguagem jornalística, literária, publicitária. São Paulo: Atlas, 1997.

FARACO, C. A.; TEZZA, C. **Práticas de texto**: língua portuguesa para estudantes universitários. Petrópolis: Vozes, 1992.

MASSINI-CAGLIARI, G. **O texto na alfabetização**: coesão e coerência. Campinas: Mercado de Letras, 2000.

MURRIE, Z. de F. **O ensino do português**. São Paulo: Contexto, 1998.

PINTO, E. P. **História da língua portuguesa**. 6. ed. São Paulo: Bomlivro, 1988.

POSSENTI, S. **Porque (não) ensinar gramática na escola**. São Paulo: Mercado de Letras, 1996.

LA NORMA ESTÁNDAR Y LA VARIEDAD LINGÜÍSTICA EN LA ENSEÑANZA SUPERIOR

RESUMEN: Este artículo es resultado de una investigación bibliográfica, la cual aborda las dicotomías de enseñanza de la Lengua Portuguesa – oral y escrita – en el curso de graduación. El estudio de esa disciplina es muy amplio, por lo tanto, nos limitamos a investigar como la norma estándar y la variedad lingüística tienen avanzado a través de los tiempos y como están siendo encaminadas en el curso superior y de que forma son utilizados por los académicos. Los alumnos del curso de Letras, que serán posteriormente los profesores responsables por la enseñanza de la lengua, ni siempre están preparados para tal función. De esa manera, se torna imprescindible el trabajo de los profesores de las universidades en lo que dice respeto a la formación de esos futuros profesionales. Hay que considerarse que la variedad lingüística puede tanto enriquecer cuanto vulgarizar un texto, dependiendo del contexto y de la aceptabilidad social de los tiempos empleados, cabiendo al hablante o redactor usarla de tal modo que no cause extrañeza o hasta mismo el rechazo. Mismo porque hay situaciones que exigen un lenguaje más pulido, como eventos, congresos, clases, entre otras, y la preparación de los estudiantes – principalmente licenciados en Letras – es esencial para obtenerse éxito durante el postgrado.

PALABRAS-CLAVE: Lengua Portuguesa. Norma estándar. Variedad lingüística. Graduación.